



## Observatório de Política Exterior do Brasil

### **– Informe de Política Externa Brasileira – Nº 386 29/03/13 a 04/04/13<sup>1</sup>**

#### **Apresentação:**

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

**Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e em 2011 ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.**

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Graduandos em Relações Internacionais: Aline Martins Meschiatti dos Santos, Barbara Renaut, Bianca Guarnieri de Jesus, Giovanna Ayres Arantes de Paiva, Henrique Neto Santos, Karen Oliveira Fassi, Laís Siqueira Ribeiro Cavalcante, Lívia Peres Milani, Natália Ruani Jorge do Prado, Thassia Pedrina Bollis, Vitor Garcia de Oliveira Raymundo.

---

<sup>1</sup> Nos dias 29, 30 e 31 de março e 01, 02 e 03 de abril, não houve notícias de Política Externa Brasileira.



## Observatório de Política Exterior do Brasil

### **Brasil votou a favor de tratado para controle de comércio de armas**

No dia 2 de abril, nos EUA, em reunião da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil votou favoravelmente à criação do primeiro tratado internacional para regular o comércio de armas. O Ministério das Relações Exteriores afirmou que o envolvimento de muitos países na negociação do tratado dificultou a inclusão de todos os aspectos propostos. Ademais, a embaixadora brasileira na ONU, Maria Luiza Viotti, reiterou que alguns elementos deveriam ter sido incluídos neste acordo a fim de se conseguir um resultado mais significativo. O Brasil também defendeu que fossem exigidos certificados dos governos para reconhecer os usuários finais das armas (Folha de S. Paulo – Mundo – 03/04/2013).